

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.685 - SC (2019/0114750-0)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**EMBARGANTE : CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA**  
**ADVOGADO : LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S) - DF001530A**  
**EMBARGADO : ADEMIR COELHO**  
**EMBARGADO : ADEMIR JOAO MACHADO**  
**EMBARGADO : AIRTO CECILIO AMARAL**  
**EMBARGADO : ALAIDE FLORISBELA MACHADO**  
**EMBARGADO : ALTAMIR ORIVALDO SAGAZ**  
**EMBARGADO : ALTAMIRO AVILA**  
**EMBARGADO : AMILTON VOLDEMIR GOULART**  
**EMBARGADO : ANDRE GONCALVES GOULART**  
**EMBARGADO : ANDREI FAGUNDES**  
**EMBARGADO : ANDREIA MARIA MACHADO**  
**ADVOGADOS : SAULO BONAT DE MELLO - SC017615**  
**HEROLDES BAHR NETO - SC031052**  
**FABIANO NEVES MACIEYWSKI - SC031047A**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra decisão (fls. 284-291, e-STJ) que negou seguimento ao Recurso Especial de Ademir Coelho e outros.

A embargante sustenta, em síntese:

Tendo sido o recurso especial interposto em 28.11.2018 (fls. 911e), à decisão embargada cumpria determinar a majoração dos honorários advocatícios, visto que devidamente fixados na origem (fls. 726e) e no Tribunal de Justiça (fls. 772e).

Ausente a determinação, desnuda-se a omissão na decisão embargada, devendo ser colmatada com o acolhimento destes embargos de declaração (fl. 1.043, e-STJ).

Sem impugnação, conforme certidões de fls. 1.047 e 1.071, e-STJ.  
É o **relatório**.

#### **Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 20.11.2019.

O inconformismo merece prosperar.

Com efeito, verifica-se que há omissão acerca do tema ventilado e passa-se a examiná-lo. Estabelece o art. 85, § 11, do CPC/2015:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...)

# *Superior Tribunal de Justiça*

(...)

§ 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula Administrativa 7, que disciplina a aplicação do mencionado dispositivo legal diante do direito intertemporal:

Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC.

Assim, é preciso verificar a data em que publicado o acórdão recorrido para determinar a aplicabilidade do § 11 do art. 85 do CPC/2015.

No caso específico do autos, trata-se de processo eletrônico, no qual se constata que a publicação do acórdão de origem ocorreu depois de 18.3.2016.

Diante do exposto, **acolho os Embargos de Declaração para, com base no art. 85, § 11, do CPC, majorar os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) do montante estabelecido no juízo de origem, ressalvando que no caso concreto fica suspensa a sua exigibilidade, na forma do art. 98, § 3º, do CPC, em razão da concessão dos benefícios da Justiça Gratuita.**

Após, voltem-me conclusos para apreciação do Agravo Interno de fls. 1.049-1.060, e-STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator